



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**197ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL
- CNPS -**

Brasília, 28 de Agosto de 2013

Setor de Autarquias Sul –SAS – Quadra 02 Bloco O – 10º Andar, Sala 1.013 – Brasília/DF

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 197ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 28 de Agosto de 2013.

LOCAL: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Setor de Autarquias Sul - SAS –
Quadra 02 Bloco O – 10º Andar, Sala 1.013 – Brasília/DF

PRESENCAS

Representantes do Governo

MPS - Rogério Nagamine

SRFB – Daniel Belmiro Fontes

MF - Rodrigo Antunes de Carvalho

IPEA – Marcelo Abi-Ramia Caetano

INSS - Benedito Adalberto Brunca

MF - Adriana Arruda Pessoa Moreira

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAPI/CUT – Mário Sérgio Rodrigues da Conceição

Representações dos trabalhadores em atividade

CUT - Valeir Ertle (CUT)

UGT – Miguel Salaberry Filho

COBAP – Luiz Adalberto da Silva

COBAP – Silberto Raimundo da Silva

Força Sindical – Antonio Cortez Moraes

SINDAP - Oswaldo Lourenço

Representação dos empregadores

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNT – Nicole Goulart

CNA - Frederico Toledo Melo

Convidados

Marco Antonio Gomes Perez (MPS)

Carolina Veríssimo Barbieri (SSPS/MPS)

Celso Gomes Pegoraro (MPS)

Gilberto Torres Laurindo (UGT)

Ubiramar Mendonça (DATAPREV)

Janaina Barcelos (CUT)

Josepha Teothônia de Brito (COBAP)

Lucyana Rios (MPS)

Mauricio Oliveira (COBAP)

Ausências

- MPS - Leonardo Rolim
- MPS - Garibaldi Alves Filho (Ministro)
- MPS – Carlos Eduardo Gabas
- SSPS - Jaime Mariz de Faria Júnior
- INSS - Lindolfo Neto de Oliveira Sales
- CONTAG - Evandro José Morello
- CNPA- João Junior Onuki Alves
- CONTAG - Jose Wilson de Souza Gonçalves
- SIDNAPI - Paulo José Zanetti
- CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria
- CNC – Laércio José de Oliveira
- CNM- Cristina Aguiar Ferreira da Silva

I – ABERTURA

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Rogério Nagamine (MPS) abriu a 197ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Presidente cumprimentou a todos os presentes e, em seguida, colocou em apreciação o Item “Aprovação das Atas da 195ª e 196ª das Reuniões Ordinárias do CNPS”, realizada no dia 27 de Junho de 2013 e 25 de Julho de 2013. Dispensada a sua leitura e não havendo quem desejasse fazer uso da palavra, as Atas foram submetidas aos senhores conselheiros, em regime de votação, sendo aprovadas por unanimidade dos presentes. Em seguida, o Sr. Presidente justificou o motivo de essa reunião ser realizada no âmbito dessa Autarquia, ou seja, no decorrer dessa reunião, será realizada videoconferência desse Conselho com algumas Gerências Executivas do INSS de São Paulo e Rio de Janeiro. Na sequência, ele lembrou os pontos de pautas acordados para essa reunião, contudo, o tema Crédito Consignado, ele não será abordado nessa oportunidade, visto que, o Sistema precisa ser apreciado pelo Presidente do INSS e o Ministro da Previdência Social, após homologação, fica o compromisso de trazer a matéria para apreciação. Na continuidade, ele deu posse ao representante da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Frederico Toledo Melo. O Sr. Luiz Adalberto da Silva (COBAP) fez uso da palavra para solicitar constar em pauta de uma próxima reunião a Prestação de Contas da Previdência, objetivando análise da mesma. O Sr. Valeir Ertle (CUT) lembrou que compete ao CNPS analisar não só a prestação de contas, mas sim, o orçamento do ano seguinte e desde que ele está nesse Conselho nunca se discutiu orçamento da Previdência Social e, ainda, existem questões que estão na lei que são atribuições dos conselheiros que não estão sendo reverenciadas. Em relação às colocações feitas, o Sr. Presidente informou que ambos os conselheiros estão corretos e que as solicitações farão parte da pauta das próximas reuniões.

III – ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente deu sequência ao próximo item da pauta, logo, “Aprovação do Regimento Interno da Conferência Nacional da Previdência Social”. Iniciando a sua apresentação, a Sra. Carolina Veríssimo Barbieri (SPPS/MPS) saudou os presentes e fez um breve relato acerca das ações realizadas pelo Comitê responsável pela elaboração da matéria em questão. Em seguida, explicou em detalhes as ações desenvolvidas nas reuniões para a elaboração da Minuta de Regimento Interno da Conferência Nacional e esta a ser apresentada é a versão final que veio para apreciação e deliberação desse Pleno. Feitas essas considerações iniciais, passou à apresentação. Ela socializou o tema final da Conferência que ficou assim definido: “O Sistema de Previdência Social Brasileiro, seus avanços e desafios”, assim como os 5 eixos temáticos. Destacou que no detalhamento dos eixos temáticos, aparece muito mais focos no regime geral do que no regime complementar ou próprio, isso sucedeu porque os representantes tanto dos Conselho de Regimes Próprios quanto de Previdência Complementar não compareceram e, além disso, não enviaram sugestões para serem adicionados, pode ser que eles venham a participar mais adiante e o número de eixos aumentem, isto é, um eixo único para discutir dois regimes talvez seja pouco e essa seria então uma primeira decisão que o Conselho teria que tomar se diante desse tema tão amplo, que é o Sistema de Previdência Social, tantos os representantes do CONAPREV quanto do Conselho Nacional de Previdência Complementar não teriam que integrar de fato ao grupo de discussão de modo a interferir nos temas, na ordem e na composição da Conferência. A seguir, a relatora trouxe a reflexão os seguintes questionamentos: O nome da conferência prevalece Conferência Nacional de Previdência Social? Outras sugestões: CONPS, CONFPREV, CONFPRES; Dada a temática do Eixo 5 – Demais regimes do Sistema de Previdência Social, o CONAPREV e CNPC seriam convidados a fazer parte da delegação? Ou seriam apenas trazidos ao debate como convidados e consultados sobre os tópicos para a construção do Eixo 5? O número total de participantes da Conferência Nacional ficou assim definido: 900, com base nos Conselhos de Previdência Social, caso todos estivessem em pleno funcionamento, e considerando que os conselheiros do CONAPREV e do CNPC também fossem chamados como delegados, o número total de delegados seria de 700, assim distribuídos: a) natos: os conselheiros do CNPS, do CNPC e do CONAPREV, titulares e suplentes, devidamente credenciados, em número de 136

(cento e trinta e seis); b) representantes eleitos nas Conferências Regionais, em número de 486 (quatrocentos e oitenta e seis); c) um representante indicado por cada entidade que compõe o CNPS, o CNPC e o CONAPREV, em número de 78 (setenta e oito). Os 200 participantes restantes seriam convidados, observadores e colaboradores; O número de participantes das conferências regionais e das conferências facultativas seria definido por cada Superintendência Regional, em acordo com as Gerências Executivas respectivas; Ficou determinado que não haveria Conferência Nacional se não houvesse Conferências Regionais. Vale lembrar que uma conferência quadripartite deve ser bem organizada e seus delegados devem ter tido oportunidade de refletir sobre os eixos temáticos; Existe dúvida sobre a necessidade de se garantir percentuais de representação para as diferentes esferas de poder, inicialmente ficou determinado: 20%, federal, 10%, estadual, e 10%, municipal; Foram feitos cálculos para garantir que, dentre os delegados eleitos nas conferências regionais, haja mínimos por unidade da federação. O número mínimo de delegados de um determinado estado deverá ser 4 (quatro), assim sendo, a paridade poderá ser respeitada também nesse aspecto. Para a abertura, há duas propostas, a ideia é que a Exposição de Abertura contenha questões mais gerais, seguindo os eixos temáticos, apontando dados técnicos e entendimentos pacíficos ou promover uma exposição de cada representação, por exemplo, governo, empregadores, trabalhadores e inativos sobre o tema da Conferência. Diante de todo contexto apresentado, as duas propostas definidas são: Proposta 1: Parágrafo único: A Exposição de Abertura seguirá o tema da 1ª CNPS, isto é, “O sistema de Previdência Social Brasileiro, seus avanços e desafios”, com abordagem que represente a visão quadripartite; Proposta 2: Parágrafo único: A Exposição de Abertura terá como temas: I – Análise da conjuntura brasileira e a transição demográfica, epidemiológica e social e suas consequências para a Previdência Social e demais políticas públicas; II Os desafios do processo de envelhecimento para a Previdência Social e para o segurado; III Inclusão previdenciária e IV Sustentabilidade do financiamento. Por fim, a relatora apresentou a logística da Conferência, logo, as despesas com a organização geral da 1ª CNPS e das Conferências Regionais, e a realização da 1ª CNPS correrão à conta de dotação orçamentária consignada ao MPS e apoio institucional de patrocinadores; As passagens e diárias dos delegados para a conferência nacional serão financiadas pelo orçamento federal, mas ficou pendente o financiamento das conferências regionais no que concerne as despesas de transporte e hospedagem; Para a organização, será contratada uma

empresa ou universidade com experiência em organização e relatoria de conferências. Essa empresa estará auxiliando tanto na conferência nacional quanto nas regionais; A estrutura proposta leva em consideração que os delegados serão escolhidos dentre os conselheiros dos Conselhos Regionais de Previdência Social – CPS. Entretanto, um levantamento mostrou que pouco mais de 30% dos CPS estão em efetiva operação. Assim sendo, para que a conferência nacional tenha representatividade, os CPS devem ser reativados e fortalecidos. Para isso, foi pensado um curso de capacitação de conselheiros, que deverá ser realizado online, por meio de portal de educação a distância e um caminho possível para a realização dos cursos de capacitação seria utilizar os recursos humanos disponíveis no Programa de Educação Previdenciária, que possui conteudistas e experiência em educação a distância. Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para considerações do Pleno, manifestaram-se: Nicole Goulart (CNT); Benedito Adalberto Brunca (MPS) e Valeir Ertle (CUT). O debate girou em torno de número de participantes; treinamento dos conselheiros regionais, reativação dos Conselhos Regionais. Na continuidade, foi à vez do Sr. Celso Gomes Pegoraro (MPS) fazer uso da palavra, momento em que relatou acerca das visitas por ele realizadas nos diversos Conselhos Regionais e regiões do país. Ele constatou que alguns Conselhos em funcionamento se sentem isolados, deslocados, desmotivados, por não saberem se as questões debatidas por eles são apreciadas no âmbito desse Colegiado, ou seja, falta interação; dificuldades em conseguir representatividade de trabalhadores, empregadores e aposentados; curso de capacitação que objetive a formação do conselheiro, visto que, na maioria das vezes, ele não sabe identificar o seu papel, existem pessoas que se colocam como representantes, mas não estão lá no Conselho reivindicando ações para a Previdência Social. Todas as regiões visitadas mostraram interesse em ter o curso de capacitação, contudo, surgiu um problema para a realização do mesmo, o corte orçamentário, logo, essa ação fica protelada para o ano de 2014. Por fim, ele afirmou que as regiões estão interessadas em debater os temas da Conferência, portanto, os eixos temáticos apresentados nessa oportunidade e que estão na Minuta do Regimento já estão de posse de todas as gerências executivas. A proposta dos Conselhos Regionais é discutir esses temas, e, ainda, cada região está vendo os especialistas do INSS; especialistas de sociedade civil, de entidades do Conselho que tenham domínio sobre o tema para poder discutir e, assim, se prepararem as Conferências Regionais e a Nacional. Ele afirmou que existe muito interesse sim, em os Conselhos estarem se

revitalizando. Concluído o relato, o Sr. Presidente abriu a palavra para as considerações do Pleno. A Sra. Dulcina (Região Sudeste) participou por videoconferência e relatou: A visita do Sr. Celso Gomes Pegoraro (MPS), da dificuldade em algumas gerências em montar o Conselho, visto que, não são todas as entidades que tem interesse em estar participando; trabalho desenvolvido por essa superintendência através das entidades; contato permanente com as gerências com o objetivo de oferecer subsídios para que elas possam reativar os seus Conselhos. Por fim, ela afirmou ser muito importante estreitar o canal do CNPS com os Conselhos Regionais, porque em sua opinião, toda a sociedade tem a ganhar com isso, visto que, necessário se faz, colocar as ações desenvolvidas dentro da casa para todas as entidades, assim como, saber também das entidades quais são as suas dificuldades, quais são os seus anseios dentro da Previdência e, assim, trazer as demandas para a superintendência e ela repassar para o CNPS. A seguir, manifestaram: Valeir Ertle (CUT); Benedito Adalberto Brunca (MPS); Luiz Adalberto da Silva (COBAP) e Rafael Ernesto Kieckbush (CNI) que destacou: A lógica da Conferência Nacional; delimitar as diretrizes, fixar temas que possa promover uma discussão melhor, de modo a permitir que a Conferência não seja apenas uma discussão de voto e, sim, a promoção de um debate sobre a essência de cada ponto de modo a permitir o consenso em que cada item e, assim, trabalhar os consensos para o documento final da Conferência. Além disso, reforçou a necessidade de no primeiro momento expor todos os problemas da Previdência; utilizar o documento final da Conferência nas políticas públicas; pensar no modelo em longo prazo; a questão orçamentária é fundamental. Novamente com a palavra, o Sr. Valeir Ertle (CUT) afirmou ser necessário definir a questão orçamentária para a realização da Conferência, principalmente no que se refere a hospedagem, alimentação e transporte das Conferências Regionais. Em seguida, solicitou a palavra, representante do Ministério da Fazenda, Sra. Adriana Arruda Pessoa Moreira para pontuar alguns aspectos importantes e necessários em relação a Conferência Nacional e Conselhos Regionais, são eles: Questão da Transparência é de relevante importância, porque permite o acesso a informação da população; Dar maior legitimidade aos Conselhos Regionais e, assim, eles pudessem ter uma abrangência pública e que a população tenha acesso facilitado ao que é discutido e debatido, essa ação pode ser feita por meio de públicas, a exemplo das agências reguladoras. Em relação aos cursos de capacitação, ela sugeriu que fossem realizados de forma permanente, de modo a possibilitar, o debate dos principais temas da Previdência Social, quais sejam, inovações

legislativas na área da Previdência Social, discussões legislativas, projetos de leis, projetos de emendas complementares sobre a Previdência para tornar o conhecimento dos conselheiros mais uniformes e, assim, fazer link com essa questão da formação permanente e inovações legislativas. Manifestaram-se ainda sobre a matéria em questão: Marco Antonio Gomes Perez (MPS); Oswaldo Lourenço (SINDAP); Frederico Toledo Melo (CNA). As dúvidas colocadas foram esclarecidas pela relatora, a Sra. Carolina Veríssimo Barbieri (SPPS/MPS). Na continuidade, o Sr. Presidente disse que de acordo com as colocações postas pelos conselheiros em relação a Minuta do Regimento, ele conclui que a matéria in loco não pode ser deliberada nessa oportunidade, visto que, existem pontos a serem avaliados; amadurecidos, por exemplo, o aumento do número de participantes na Conferência; ausência do coordenador desse comitê, o Sr. Evandro José Morello (CONTAG); as demandas pontuadas precisam ser levadas para o Ministério da Previdência para que ele possa absorver e dar o seu posicionamento; restrição orçamentária. Por fim, ele sugeriu aos conselheiros que encaminhem via e-mail, as suas sugestões, tendo como base o debate realizado nessa oportunidade. O comitê que trata desse assunto deve se reunir, objetivando analisar e incorporar ao texto da Minuta as contribuições advindas dos conselheiros, logo, o assunto retorna a pauta em uma próxima reunião. Na continuidade, o Sr. Presidente colocou para apreciação o segundo item de pauta, logo, “Discussão sobre o CPS, ofício Gerência Executiva em Itabuna”. Sobre o tema em questão, o Sr. Presidente relatou a respeito da consulta que chegou da gerência executiva da Itabuna em relação a composição do Conselho de Previdência Social. O ponto colocado, diz respeito se há alguma restrição legal à participação de um sindicato de professores do município de Itabuna como representante dos trabalhadores no CPC. Do ponto de vista da legislação, em princípio na não há nenhuma restrição explícita a essa questão e para fundamentar bem essa posição, ele procedeu a leitura do artigo 296, do decreto 3.048, bem como, os § 4º e 5º; a Resolução 1.304 desse Conselho, de 10 de dezembro de 2008, a qual o CNPS aprovou o Regimento Interno do CPS. Ele enfatizou que a Resolução citada, apresenta algumas orientações a mais em relação a questão pleiteada pelo Sindicato dos Professores de Itabuna, no entanto, ela é uma orientação muito genérica, obviamente que deve ser respeitado o que está estabelecido no decreto, ou seja, 10 representantes, sendo 4 de governo e 6 da sociedade civil. Além disso, colocou também a respeito da nova composição e ampliação do CNPS. Dada a palavra, manifestaram-se: Antonio Cortez Morais (Força Sindical) e Valeir Ertle (CUT), ambos não

veem objeção a participação do sindicato dos professores de Itabuna integrar o CPS. A Sra. Adriana Arruda Pessoa Moreira (INSS) propôs que em função de não existir nenhuma restrição explícita quanto à participação dessa entidade, seja utilizada uma interpretação não restritiva, mas sim, ampliadora dos dispositivos para seguir o princípio democrático, profícuo de amplo debate. Manifestaram-se ainda, os senhores: Benedito Adalberto Brunca (MPS) e Rafael Ernesto Kieckbush (CNI). Concluído o debate, o Sr. Presidente procedeu ao seguinte encaminhamento: Antes de afirmar a participação do Sindicato dos Professores de Itabuna no CPS, este Conselho deve primeiro rediscutir a ampliação legal do CNPS, os seus critérios e representatividade para depois entrar no mérito da composição do CPS. Encaminhamento aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. presidente chamou o terceiro ponto de pauta, logo, “ Fator Acidentário de Prevenção – FAP”. O tema foi apresentado pelo Sr. Marco Antonio Gomes Perez (MPS). Inicialmente ele explicou que o tema é muito complexo, por conseguinte, ele não será esgotado nessa reunião. Ele afirmou que sua apresentação, é uma proposta que visa permitir um estudo detalhado, dessa forma, ele propõe que os conselheiros a apresente nas suas bases, discutam e tragam a discussão com possibilidade de decisão numa reunião posterior. Ele falou da Resolução 1316/2010 desse Conselho que dispõe sobre o FAP; da Minuta que seria a Resolução que está sendo colocada em pauta e em discussão; Nota de Despacho feita pelo Departamento de Política de Saúde e Segurança, solicitando que esse ponto seja debatido no âmbito do CNPS. Em seguida, ele iniciou o seu relato, destacando: Tarifação coletiva – SAT/RAT; Taxa RAT das empresas que recolhem essa taxa de 1, 2 e 3%; Índices de cálculos; Índices de frequência de acidentes de trabalho; de gravidade e custos gerados pelos benefícios acidentários pagos pela Previdência Social; Alíquota de Recolhimento RAT. Também apresentou: A Receita e Despesa Anual do RAT; a Tarifação individual (FAP); Seguro Acidente de Trabalho; Metodologia de processamento do FAP: Resoluções MPS/CNPS Nº 1.316/2010 e sua aplicação; Regras do FAP, frequência, gravidade e custo; FAP a partir do Índice Composto; Metodologia FAP; Bloqueio de Bonificação e de Redução – Morte, Invalidez Permanente e Taxa de Rotatividade; Inconsistência de Informações do GFIP; Evolução do FAP desde 2009/2011; Aperfeiçoamento de metodologia de cálculo do FAP anual. Por fim, destacou que a Secretaria de Políticas de Previdência Social acompanha o processamento, recebe solicitações de aperfeiçoamento da metodologia, avalia e apresenta avaliações técnicas para apreciação pelo Plenário do CNPS. Concluída apresentação, manifestaram-se:

Rafael Ernesto Kieckbush (CNI); Valeir Ertle (CUT); Antonio Cortez Morais (Força Sindical). O relator colocou-se a disposição para quaisquer esclarecimentos, seja no âmbito do CNPS ou nas bases dos conselheiros.

IV – OUTROS ASSUNTOS

O Sr. Presidente definiu junto com os conselheiros a composição de pauta para a próxima reunião deste Conselho, ficando assim definida: i) Orçamento; ii) Empréstimo Consignado; iii) Renúncia Fiscal.

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 197ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu, Rogério Nagamine (MPS) lavrei a presente Ata.

Brasília, 28 de Agosto de 2013.